

Ataque às novas invasões

MINERVINO JÚNIOR

Luciene Cruz

As invasões de área pública estão novamente na mira da fiscalização. Um total de 16 novos pontos de ocupação irregular foi identificado em Brasília e em outras regiões administrativas do Distrito Federal pelos agentes da Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água (Sudes), em um único dia. A idéia é montar um esquema de remoção definitivo dessas invasões e impedir a formação de novos parcelamentos.

E as retiradas já começaram. Na tarde de ontem, a Sudesa, em parceria com o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), Terracap, Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho (Sedest), Polícia Militar, Novacap e Caesb, fez a retirada de cerca de cem famílias nas áreas da Colina da Universidade Brasília (UnB), ao lado do Centro Cultural Banco do Brasil e do Setor de Embaixadas Norte. Um efetivo de mais de cem pessoas participou da ação. Para evitar o retorno das famílias, houve também uma limpeza do local.

■ No começo

"Queremos evitar que novos parcelamentos sejam formados. Com o aumento da fiscalização, detectamos as invasões ainda no começo", afirmou o gerente de Vigilância da Sudesa, major Anderson Rasia. O levantamento dos novos focos de ocupações irregulares foi feito no último sábado e também detectou descumprimento de ordens de embargo de 175 construções nos condomínios do Lago Sul e 32 em outras localidades.

A fiscalização vai ser intensificada nos próximos dias. A Sudesa montou um esquema para derrubada dos barracos em várias localidades. Uma ferramenta para evitar a reocupação das áreas foi o reforço de 20 novas viaturas. Mais nove veículos estão previstos para chegar na próxima semana. E pelo menos 40 homens estão envolvidos na vigilância.

Entre as novas invasões detectadas estão a da Ponte do Bragueto, Câmara Legislativa e na Rodoferroviária (veja quadro abaixo). Segundo Rasia, apesar de algumas irregularidades verificadas em bairros nobres da capital federal, como o Lago Sul,

"Com o aumento da fiscalização, detectamos as invasões ainda no começo"

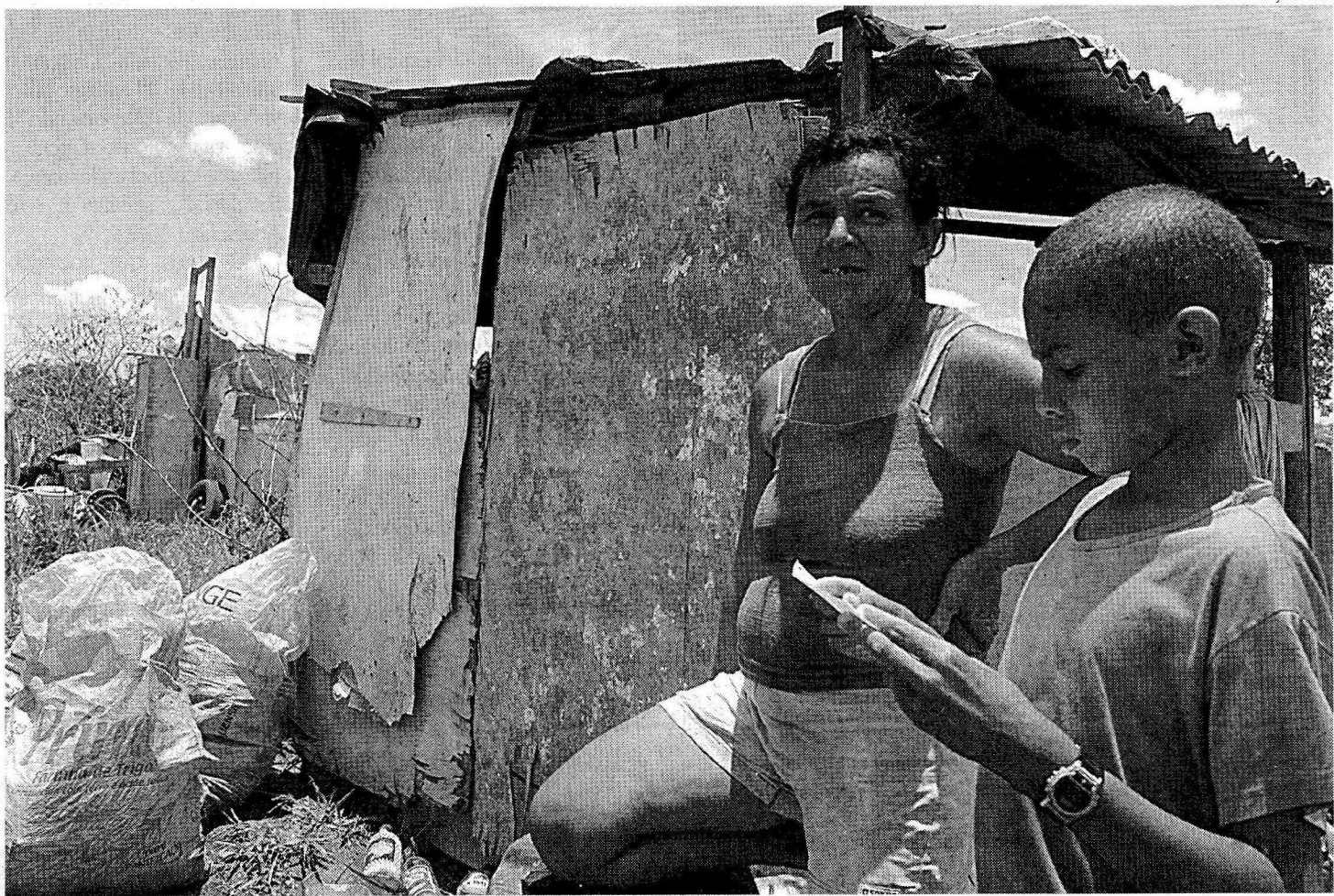
MAJOR ANDERSON RASIA,
DA SUDESA

são nas regiões mais pobres que as ocupações ocorrem de maneira mais intensa. "As classes mais baixas ocupam o local de maneira mais rápida. Tudo para dizer que a terra já está dominada e a casa consolidada. Colocam paredes sem fundação", mostrou.

Há sete anos, a catadora de lixo Rita Oliveira, 48 anos, saiu do Ceará e fixou residência em uma área invadida próximo à QE 44, no Guará II. Apesar do tempo, a lona improvisada como barraca é a mesma desde a chegada, em 2000. "A gente não tem dinheiro para fazer um barraco com material melhor", comentou. O barraco serve de moradia para ela, o marido e o filho e já foi retirado algumas vezes pela fiscalização. "Não temos para onde ir e pagar aluguel", contou. O trabalho de catadora de material para reciclagem rende, em média, R\$ 150 por mês.

■ Barracos lado a lado

O local serviu de ponto de fixação de diversas outras famílias. Vários barracos foram erguidos lado a lado. No caso dos bairros nobres, o problema maior é a falta de alvará de construção, barrada pela não-regularização do terreno. Nestes casos, as obras estão paralisadas. O descumprimento da ordem pode ocasionar a demolição da propriedade. "Não adianta tentar burlar e construir fora do horário da fiscalização porque as casas são fotografadas para verificar o andamento dos serviços", explicou o major Rasia. A falta de obediência pode atrapalhar o processo de regularização, alertou.



■ RITA MORA COM O FILHO E O MARIDO EM UM BARRACO DE UMA INVASÃO DO GUARÁ II. JÁ FOI RETIRADA ALGUMAS VEZES, MAS RETORNOU

Onde estão os barracos

